



Uma publicação do



SINDICATO DOS  
METROVIÁRIOS SP

✉ sindicato@metroviarios-sp.org.br

f /MetroviariosSP

📺 /Metroviarios\_SP

## SUCATEAMENTO Metrô vai **terceirizar** 16 bilheterias!



**Empresa pretende terceirizar 16 bilheterias a partir de 9/11 e também os serviços da via permanente, continuando o desmonte da empresa pública. Em breve, poderemos ter mais terceirizados do que metroviários nos postos de trabalho. É preciso denunciar e barrar esse ataque ao metrô público**

O Metrô já tem o cronograma para a terceirização de 16 bilheterias. A confirmação de mais esse passo para o sucateamento acontece poucos dias após a demissão de cerca de 100 metroviários. Não são somente os aposentados que estão sendo atacados em seus direitos.

Com início em 9/11 e fim em 30/11, a entrega das bilheterias e a terceirização da via permanente se concretizarão como mais um forte ataque de Doria e direção do Metrô à categoria metroviária, com o aumento

da precarização do trabalho.

O argumento do governador e empresa é o de que a terceirização gera empregos. Na verdade, a terceirização acaba custando mais caro ao Metrô e gera menos empregos, todos com salários baixos, menos direitos e péssimas condições de trabalho. É urgente a contratação de mais funcionários por meio de concurso público.

Para denunciar e combater a terceirização, o Sindicato está organizando uma série de atividades (veja box ao lado).

### Calendário de atividades

- ▶ **28/10:** utilização do adesivo contra as demissões, conforme decisão da assembleia de 21/10, que também aprovou repúdio aos "desligamentos"
- ▶ **30/10:** publicação de matérias no Jornal Estação e Jornal do Monotrilho denunciando as demissões e a terceirização das bilheterias e da via permanente
- ▶ **4/11:** distribuição de Carta Aberta à População
- ▶ **5/11:** a partir das 17h, na Sé, manifestação contra as demissões e terceirização

# Privatização é precarização do serviço público

Os governos federal (Bolsonaro) e estadual (Doria) querem privatizar “tudo o que for possível”. No metrô de SP, algumas linhas já foram privatizadas e a terceirização, outra forma de entregar serviços à iniciativa privada, avança profundamente



Foto: Arquivo/Sindicato

**R**ecentemente, o governador Doria conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa o seu Projeto de Lei (PL) de nº 529. O PL prevê a extinção de fundações e empresas públicas e a demissão de 5 mil servidores.

Será extinta a EMTU, que gerencia os ônibus em cinco regiões metropolitanas e o Veículo Leve sobre Trilhos entre Santos e São Vicente, a CDHU,

uma das maiores companhias habitacionais do mundo, responsável pela construção de moradias populares e urbanização das favelas, e mais quatro empresas.

No metrô, Doria autorizou a terceirização das bilheterias e dos serviços da via permanente. Ao mesmo tempo, demite pelo PDV ou sem pagar direitos (como no caso dos aposentados especiais) e não repõe o quadro de funcionários.

Esta é a receita para privatizar todo o metrô, sonho de Doria. Enquanto isso, os metroviários continuam sobrecarregados e, na Operação, são vítimas frequentes de agressões. Há também a perda de qualidade no serviço prestado à população.

O Sindicato e a categoria continuam na luta por um metrô público, estatal e de qualidade e reivindicam concurso público para a reposição de funcionários.

## 28/10: ato contra a Reforma Administrativa de Bolsonaro



No Dia das Servidoras e dos Servidores, em 28/10, será realizado ato contra a Reforma Administrativa do governo Bolsonaro. A manifestação, às 13h30, será na Praça do Patriarca, no centro de São Paulo. O uso de máscaras e os cuidados de proteção, como manter o distanciamento, serão obrigatórios entre os participantes.

O ato da Capital paulista é parte da agenda de luta da

mobilização que acontecerá por todo País, convocada pelas centrais, sindicatos e movimentos sociais. Em setembro, o governo entregou à Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020, conhecida como a reforma do ministro da Economia, e que representa mais uma forma de ataque aos serviços públicos fundamentais em áreas como saúde e educação e aos servidores de todo o país.